

SOOS

Paraíba do Sul

Técnicos da CEDAE socorrem vítimas da poluição química e fazem alerta: bacias dos rios Paraíba e Guandu não suportam mais degradação

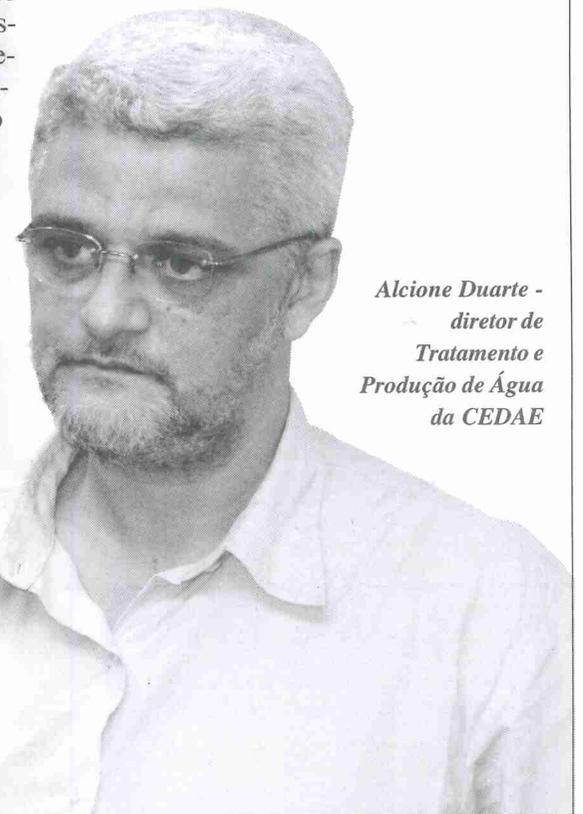


Escassez e degradação das fontes de abastecimento de água, uma combinação perigosa para a sobrevivência da população do Estado do Rio de Janeiro, que depende em 80% da Bacia do Paraíba do Sul

A persistir o processo de degradação a que humanidade vem submetendo suas fontes de recursos hídricos, a população acabará tendo sérios problemas de abastecimento de água, por excesso de poluição. O alerta é do diretor de Tratamento e Produção de Água da CEDAE, Alcione Durte. Hoje, no Rio de Janeiro, a Estação de Tratamento de Água (ETA) do Guandu - a maior do mundo em volume/dia de água tratada - gasta dez vezes mais com sulfato de alumínio do que seria necessário, devido à péssima qualidade da água bruta que recebe das bacias dos rios Paraíba do Sul e Guandu. A ETA consome 280 toneladas/dia do produto, ao invés das 28 toneladas/dia que seriam suficientes. E isso, em dias normais, pois quando chove a necessidade de sulfato de alumínio chega a 840 toneladas/dia, tal a quantidade de matéria orgânica carregada para a ETA. E o mais grave, a população do Estado depende em 80% dessa fonte para suprir as suas necessidades mais primárias. E mesmo diante deste desastre anunciado e denunciado há anos pela ASEAC, a sociedade ainda não entendeu a gravidade da situação e continua perplexa quando se depara com acidentes

como o que contaminou o Paraíba do Sul, no final de março, comprometendo o abastecimento de oito cidades do norte e noroeste fluminense. Cerca de 1,2 bilhão de litros de água misturados a rejeitos químicos da indústria de papel Cataguazes vazou de uma represa, em Minas Gerais, graças à irresponsabilidade de empresários que enriquecem às custas da degradação da natureza. Felizmente, o Rio de Janeiro ainda conta com a capacidade e dedicação de técnicos da CEDAE, que fazem milagres para contornar o alto grau de poluição das poucas fontes primárias de abastecimento do Estado e tornar a água própria para o consumo. Mas até quando vamos - ou melhor, poderemos - continuar aceitando crimes ambientais cometidos contra nossas fontes de abastecimento? Esta edição especial traça um quadro das Bacias dos rios Paraíba do Sul e Guandu - ambas vivendo um processo acelerado de de-

gradação - e chama atenção para a necessidade de cada órgão público/privado e cada cidadão assumir a sua parcela de responsabilidade na preservação dos recursos hídricos, que, em última análise, garantem a sobrevivência do Rio de Janeiro.



*Alcione Durte -
diretor de
Tratamento e
Produção de Água
da CEDAE*

Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 1004, Centro / Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 2263-6240
Telefax: 2253-7482
E-mail: aseac1@ism.com.br
Home Page: www.aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Diretor Presidente
Paulino Cabral da Silva

Dirêtor Vice-Presidente
Dario Mondego

Diretor Administrativo
Flávio de Carvalho Filho

Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva

Diretor de Comunicação
Claudino Victor R. E. Santo

Diretor Técnico
Jorge Luiz Ferreira Briard

Diretor Social
Antônio Bastos de Oliveira

Diretor Jurídico
Aloysio Gomes Feital Filho

Diretor Adjunto
Aloysio Ribeiro Filho

Conselho Diretor - 2002/2004
Representante dos Administradores

Pedro Paulo de Freitas

Representante dos Advogados

Sueli Kölling Turano

Representante dos Analistas

César Lima da Graça

Representantes dos Aposentados

Nelson Martins Portugal

Honório Gil Rego

Ivan Rocha Vieira

Antônio Nazareno Soares

Manssur Assafim

Maria Christina Piragibe

Representante dos Arquitetos

Júlio Celso Bragança Gil

Representante dos Assistentes Sociais

Zélia Maria Monteiro Borba

Representante dos Biólogos

Evandro Rodrigues de Brito

Representante dos Contadores

Sérgio Pereira

Representante dos Economistas

Firmino Gustavo Gameleira

Representantes dos Engenheiros

Antônio Carlos Álvares Grillo

Flávio José Soares de Moura

Edes Fernandes de Oliveira

Júlio César Oliveira Antunes

Armando Costa V. Junior

Altamir Pereira Nunes

Representante dos Farmacêuticos

Armando Costa Vieira

Representante dos Geólogos

Egmont Bastos Capucci

Representante dos Químicos

Paulo Roberto Correa

Conselheiros Natos

Antônio Inácio da Silveira

Walnyr Bitencourt de Oliveira

Emy Guimarães de Lemos

João Carlos do Rego Pinto

Renato Lima do Espírito Santo

Carlos Henrique Soares de Menezes

Jaime Dutra Noronha

Dario Mondego

Conselho Fiscal - 2001/2003

César Eduardo Scherer (Efetivo)

Márcio de Melo Rocha (Efetivo)

Paulo César Quintanilha (Efetivo)

Jorge Rodrigues Leitão (Suplente)

Gérson Pereira Nascimento (Suplente)

Cândido Francisco S. Silva (Suplente)

Produção e Edição:
Planin Serviços Editoriais

Jornalista Responsável
Carlos Emiliano Eleutério
MTB: 12.524-RJ

Edição Especial
Maio/2003

Acidente no Paraíba do Sul

Sub-solo contaminado

Análises indicam que 95% das águas subterrâneas no interior estão impróprias para consumo humano

Além de sujeita a toda sorte de poluição e contaminação, devido ao acelerado processo de degradação das águas do rio Paraíba do Sul, a população que habita as cidades ribeirinhas no norte e noroeste fluminense enfrenta outra ameaça: cerca de 95% das águas captadas no subsolo (poços e fontes) dessa região estão impróprias para o consumo humano.

Segundo o diretor de Tratamento e Produção da CEDAE, Alcione Duarte, esse dado foi revelado quase que por acaso, em decorrência do acidente ocorrido no Paraíba do Sul, depois que a CEDAE passou a analisar as fontes alternativas de água na região, utilizadas pela própria população, como minas e poços, enquanto aguardavam a solução do problema. Além dos exames sistemáticos feitos nas águas do Paraíba, a equipe da Superintendência de Controle de Qualidade da Água analisou praticamente todas as águas de sistemas alternativos e ficou assustada com esse resultado, que foi passado como alerta à população local.

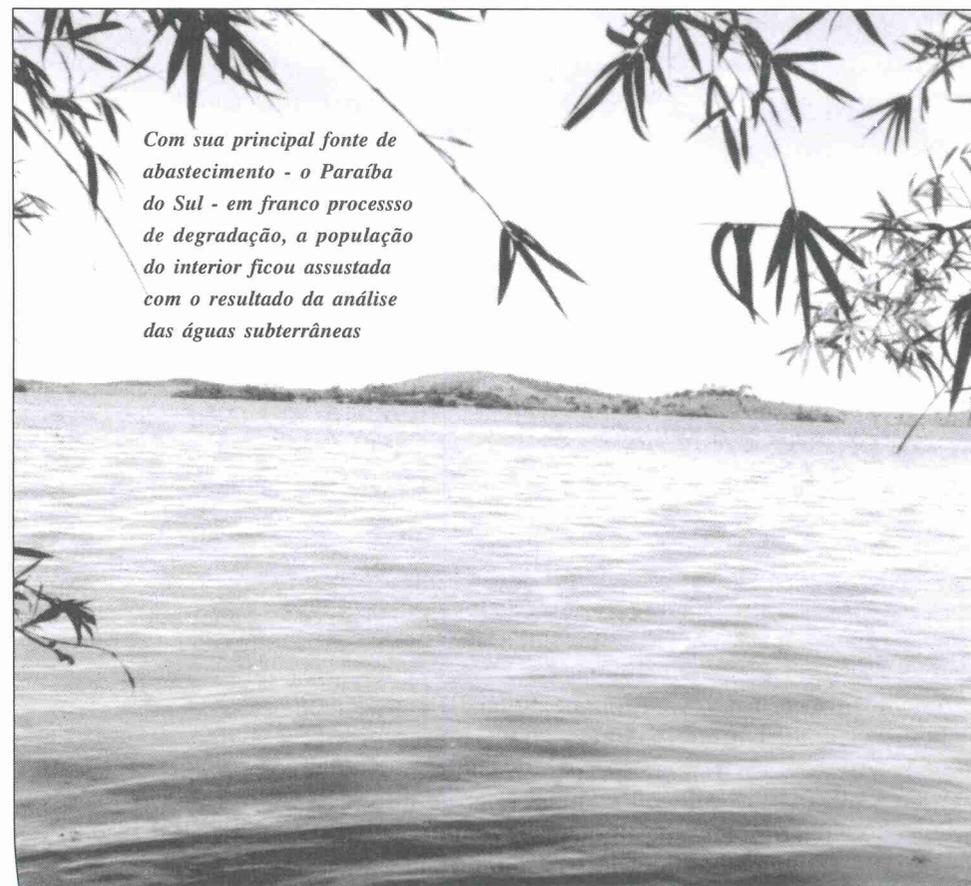
No entender do diretor, esse diagnóstico aumenta ainda mais a responsabilidade da CEDAE em relação à população do interior do Estado, porque, afinal, as empresas de Saneamento foram criadas para acabar com essa forma de abastecimento. E as pessoas, naquela região, acreditavam que aquela água, por não ter cheiro ou cor, na maioria dos casos era de boa qualidade, mas os exames mostraram exatamente o contrário. "Nós chegamos a conversar com algumas pessoas usuárias de água de poço, que reclamavam de problemas renais. Quando analisamos a água utilizada para cozinhar e tomar banho, o problema foi imediatamente detectado: excesso de carbonato de cálcio, substância que é formada quando a água bruta é aquecida", explicou.

- Em última análise, esse acidente, assim como outras situações trágicas, trouxe uma reflexão: eu nunca vi a questão ambiental tão popularizada como agora. O problema gerou um nível de conscientização maior e fundamental junto à população com

relação à importância da qualidade da água que consome e à necessidade de preservá-la. As pessoas, hoje, por mais simples que sejam, estão discutindo isso - afirmou Alcione Duarte.

Mais importante ainda foi essa constatação de que o sistema hídrico do Estado do Rio de Janeiro, assim como no resto do Brasil, está muito vulnerável. "Nós já temos legislação forte para mudar isso, mas é importante que ela seja aplicada de fato, que as pessoas que permitem esse tipo de agressão sejam verdadeiramente punidas. Eu por exemplo, vou propor ao presidente da CEDAE que a gente entre com uma ação contra a Cataguases, pedindo o ressarcimento das despesas que nós tivemos a mais com análises de água, com toda essa estrutura extraordinária que tivemos de montar, além de lucro cessante etc. Afinal, a gente não vai poder cobrar do consumidor por esse período", explicou. Para ele, as pessoas que têm a capacidade de influir no ambiente de forma negativa não só devem de ser rigorosamente fiscalizadas, como também punidas, no caso de um problema. "Esse é o desafio do milênio", concluiu.

Diagnóstico aumenta a responsabilidade da CEDAE no interior. Afinal, as empresas de saneamento foram criadas para acabar com essa forma de abastecimento



Com sua principal fonte de abastecimento - o Paraíba do Sul - em franco processo de degradação, a população do interior ficou assustada com o resultado da análise das águas subterrâneas

Trajетória da morte

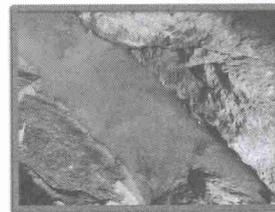
Vazamento tóxico expõe a fragilidade do sistema de abastecimento

“Um cenário de horror”. Assim os técnicos da CEDAE encarregados de implementar o esquema de emergência para atender a população local descreveram o quadro encontrado na região norte e noroeste fluminense, em decorrência do envenenamento do rio Paraíba do Sul, provocado pelo vazamento de cerca de 1,2 bilhão de litros de água contaminada, no final de março, por produtos químicos de um antigo reservatório da indústria Cataguazes de Papel, localizada em Minas Gerais. A mistura de sulfeto de sódio (soda cáustica), hipoclorito de cálcio (cloro ativo) e lignina (substância da madeira), contaminou o rio Pomba, ainda em território mineiro, e desaguou no rio Paraíba do Sul, na divisa de Santo Antônio de Pádua e Miracema, traçando um roteiro de morte e miséria nos municípios e localidades por onde passa até a sua foz, em Atafona, São João da Barra. Foram afetados, além de Miracema e Santo Antônio de Pádua, os municípios de Aperibé, Itaocara (distrito de Portela), Cambuci, São Fidelis, Campos e São João da Barra, prejudicando centenas de milhares de pessoas. O acidente, que provocou um desastre ambiental sem precedentes na principal fonte primária de abasteci-

Com o acidente, rio Paraíba ficou envenenado do município de Miracema ao Atlântico

Depois de passar por Minas e São Paulo, o rio Paraíba do Sul corta o Rio de Janeiro, de Resende a São João da Barra, e representa a principal fonte de abastecimento do Estado

Rio Paraíba do Sul

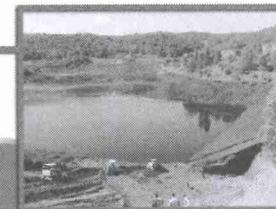


Rio Pomba

O rio Pomba recebeu 1,2 bilhão de rejeitos tóxicos da Cataguazes e despejou no Paraíba do Sul, entre Miracema e S^o. Antônio de Pádua

Minas Gerais

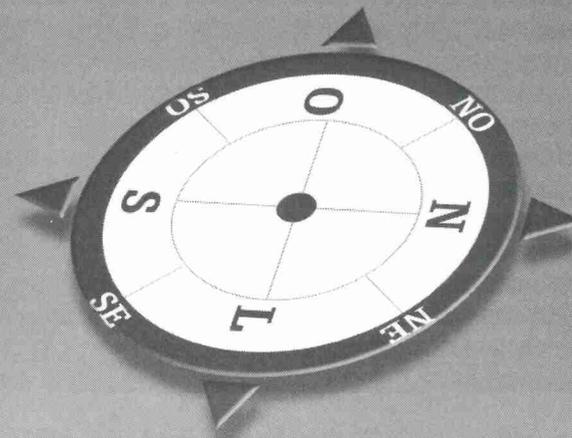
Cataguazes



A Cataguazes de Papel mantinha dois reservatórios para armazenar produtos tóxicos, que não vinham sendo fiscalizados pelas autoridades ambientais

St. Antônio de Pádua
Aperibé
Portela
Miracema
Cambuci

Campos



Oceano Atlântico

O acidente chegou a afetar o turismo e a pesca no litoral do Espírito Santo, principalmente na cidade capixaba de Presidente Kenedy, localizada na fronteira com o Rio de Janeiro

Espírito Santo

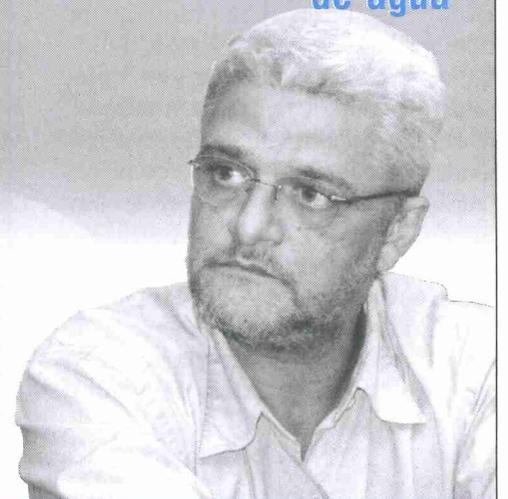
Acidente no rio Paraíba do Sul revive debate sobre o alto grau de dependência do sistema de abastecimento do Estado em relação a uma única fonte de água

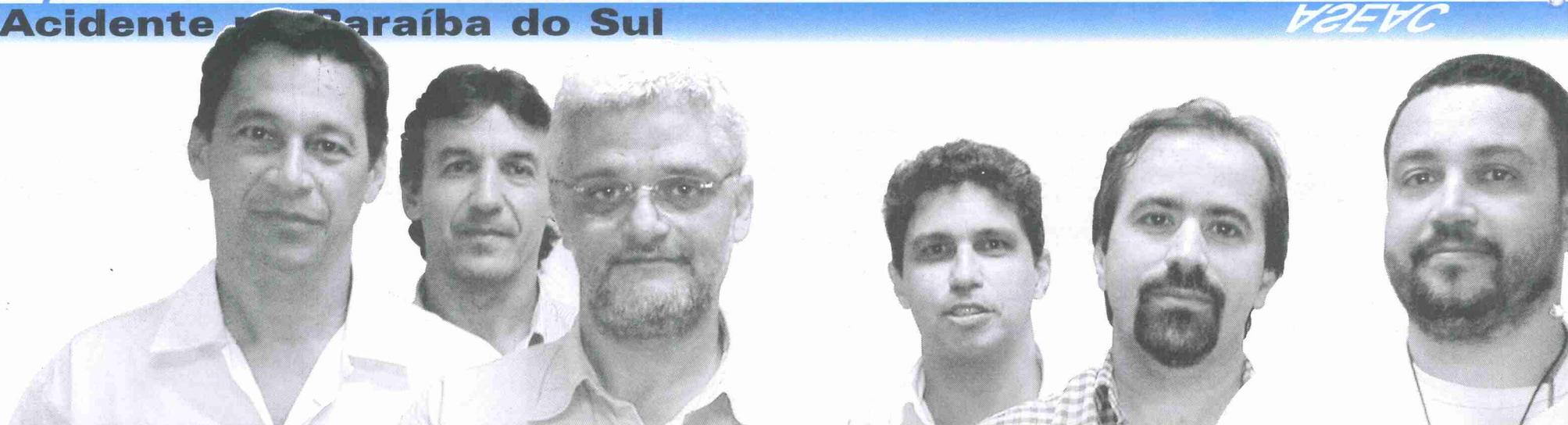
Estrago interestadual: os danos ambientais atravessaram as regiões noroeste e norte fluminense e ganharam o mar, em São João da Barra, alcançando o Espírito Santo

mento de água do Estado do Rio, impedindo o uso da água até para o banho, só não foi pior porque o rio Pomba deságua à jusante do ponto onde o rio Guandu é formado, e abastece cerca de 80% da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e municípios da Baixada Fluminense (cerca de 9 milhões de pessoas). De qualquer forma, segundo o diretor de Tratamento e Produção de Água da CEDAE, Alcione Duarte (foto), o acidente serviu

para mostrar a fragilidade do sistema de abastecimento do Estado, extremamente dependente de uma única fonte de água para atender cerca de 10 milhões de pessoas, além da necessidade de se criar mecanismos sérios de proteção dos mananciais e de punição severa para os responsáveis por esse tipo de crime ambiental. Por outro lado, a pronta mobilização da CEDAE para atender rapidamente as necessidades da população dos municípios atingidos

pelo acidente mostrou, em todas as cidades afetadas, o alto grau de responsabilidade social da Companhia, que independente do prejuízo econômico, aguardou a total normalização da situação da água para recolocar as estações de tratamento em operação. Em Campos, onde o sistema é privatizado, o sindicalista Hélio Anomal acusou a concessionária local - a Águas do Paraíba - de agir de forma irresponsável em relação à saúde da população.





Equipe da diretoria de Tratamento e Produção se mobiliza para garantir o ab

CEDAE responde a mais um

Acostumados a enfrentar situações de emergência, os técnicos da CEDAE mostraram mais uma vez que não medem obstáculos quando o desafio é garantir o abastecimento à população. Foram cerca de 20 dias, praticamente sem ir em casa, desde que a equipe da diretoria de Tratamento e Produção de Água da CEDAE foi mobilizada para recolocar em operação as estações de tratamento de água da companhia, paralisadas devido ao vazamento de produtos químicos que contaminou o rio Paraíba do Sul no final de março passado.

DESAFIO

À frente da equipe da CEDAE encarregada de socorrer a população das regiões norte e noroeste fluminense, atingidas pelo acidente ocorrido no dia 29 de março último, o diretor de Tratamento e Produção de Água da CEDAE, Alcione Duarte, disse que a reação inicial dos técnicos foi de total perplexidade, principalmente porque centenas de milhares de pessoas ficaram sem abastecimento. Em seguida, estabeleceu-se uma enorme confusão, na medida em que foi necessário montar um esquema alternativo de emergência para atender os consumidores. O fato é que alguns municípios tinham mananciais que podiam ser usados como alternativa para atender toda a sua população, como Miracema, por exemplo; mas outros, como São Fidelis e São João da Barra, não tinham como suprir suas necessidades ou faziam isso com muita deficiência, através de poços, fontes etc. Diante disso, foi necessária uma mobilização muito grande da CEDAE com as prefeituras, Defesa Civil etc.

Mas na verdade, a equipe formada

pela diretoria de Tratamento e produção, com os técnicos especializados em controle de qualidade da água, só chegou à região norte e noroeste fluminense no dia 16 de abril, para recolocar em funcionamento as estações de tratamento (ETAs), até então paralisadas, e tranquilizar a população. “Essa tarefa era prioritária e começamos a acertar com a secretaria de Saúde a liberação das ETAs. Nessa tarefa, tivemos muito sucesso, pois a CEDAE não poupou esforços”, explicou o diretor. Para se ter uma idéia, as análises para verificar determinados parâmetros da qualidade da água que, pela lei, são feitas a cada 90 dias, naquele período de crise passaram a ser feitas a cada 12 horas, em cada estação de cada município. “Tudo isso para tranquilizar a população, num processo de transparência total”, explicou Alcione.

A maior dificuldade, segundo ele, foi devolver a credibilidade à população com relação à qualidade da água com a qual ela estava acostumada e que ficou comprometida devido ao acidente. Isto porque, num primeiro momento, a po-

pulação atingida vinculava muito a CEDAE à responsabilidade pela poluição do Rio Paraíba do Sul, “mas o tempo foi mostrando que nós somos tão usuários quanto eles daquela água. Para isso, tivemos que fazer uma série de ações, entre as quais visitas a escolas, câmaras de vereadores e reuniões com as comunidades e representantes da sociedade local. Além disso, utilizamos laboratórios móveis para demonstrar como se trata e produz a água e fizemos vários debates em emissoras de rádio e TV. Enfim, desenvolvemos um amplo trabalho de esclarecimento e conscientização da sociedade local”, afirmou. Em função disso, hoje o sentimento da população daquela região é de total confiança no serviço que a CEDAE presta, garante Alcione.

De acordo com as informações do diretor da CEDAE, o município menos afetado foi Cambuci, que dispõe de água de manancial suficiente para atender à cidade. No passado, a população local já havia se manifestado contrária à utilização da água do rio Paraíba do Sul

para se abastecer. O acidente acabou gerando outra oportunidade para a comunidade recolocar em discussão a questão e exigir que o abastecimento seja feito com água de mananciais, além de reivindicar o tratamento dessa água pela CEDAE. De qualquer forma, com a implantação desse sistema em caráter permanente, no caso de um novo acidente no Paraíba, o município de Cambuci poderá servir como suporte para garantir o abastecimento aos municípios vizinhos.

Mobilização

Segundo Alcione, todo o pessoal, tanto da sede no Rio quanto da própria região, se mobilizou integralmente na solução do problema ocorrido no norte e noroeste fluminense. “Não tinha hora, nem dia; cada situação era enfrentada independente de horário. Ficamos satisfeitos, porque conseguimos devolver a tranquilidade à população”, afirma o diretor da CEDAE.

Alcione Duarte reclamou apenas da falta de orientação diante da perplexi-

Técnicos operam um verdadeiro milagre para tratar a água do rio Guandu

1 - AUGUSTO CÉSAR GESTEIRA
 Superintendente de Controle de Qualidade de Água da CEDAE

2 - JÚLIO BORSOI
 Assistente da Superintendência de Controle de Qualidade de Água da CEDAE

3 - ALCIONE DUARTE
 Diretor de Tratamento e Produção de Água da CEDAE

4 - ADRIANO GAMA
 Chefe da Divisão de Planejamento da Estação de Tratamento (ETA) do Guandu

5 - EDES FERNANDES
 Superintendente da Estação de Tratamento (ETA) do Guandu

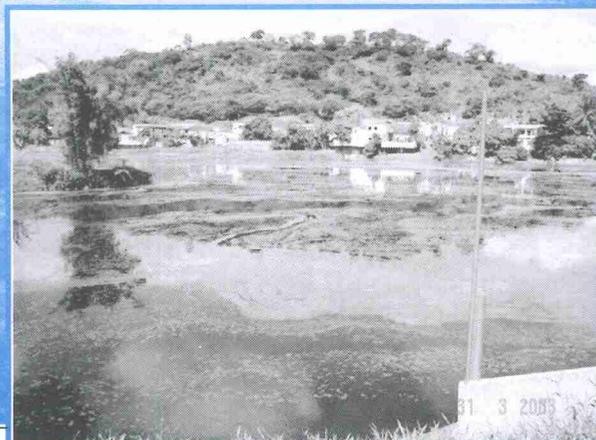
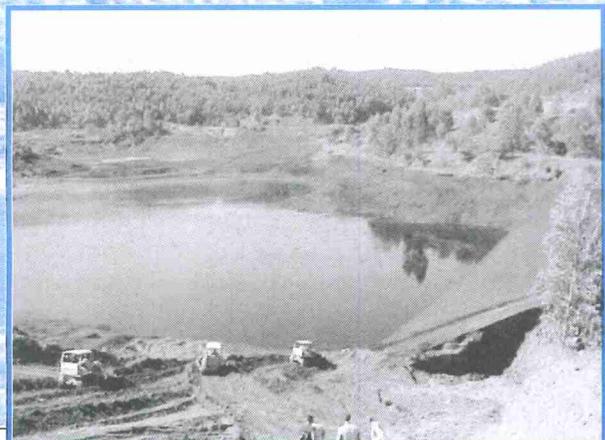
6 - MARCELO MOTA
 Assistente da Superintendência da Estação de Tratamento (ETA) do Guandu

Abastecimento de água à população das cidades atingidas pelo despejo tóxico

Os cerca de 1,2 bilhão de litros de produtos tóxicos que vazaram da Cataguazes de papel equivalem a 600 piscinas olímpicas

O despejo contaminou o rio Pomba (foto), ainda em território mineiro, e foi parar no rio Paraíba do Sul, no Estado do Rio

de Janeiro, deixando em pânico a população de oito cidades ribeirinhas



dade inicial da companhia: “Na minha opinião, uma pessoa da alta administração - um diretor ou o próprio presidente - deveria ter ficado lá na região, desde que foi detectado o acidente, para fazer esse elo com o poder municipal e com a população. Só começamos a fazer esse trabalho a partir do dia 16, inclusive divulgando informações para às comunidades afetadas”, explicou. Segundo ele, apesar do atraso, até helicóptero foi usado, posteriormente, para agilizar o envio de material a ser analisado no Rio de Janeiro: “mobilizamos vários carros, técnicos, equipamentos, enfim, tudo o que foi necessário, com o objetivo principal de dar tranquilidade às pessoas. A gente sabia o que estava acontecendo, o difícil era as pessoas entenderem o problema”, explicou.

De acordo com o diretor da companhia, isso ocorreu por falta de informação. “Uma situação como essa é complicada. As pessoas vêem um rio que, por uma vida inteira foi sua fonte de abastecimento, de repente ser coberto por uma mancha tóxica, matando tudo,

com peixes querendo pular fora daquela água. O trauma é inevitável e a conclusão mais lógica dos consumidores é que, se o peixe está morrendo, quem beber daquela água também vai morrer”, analisa. Mas na verdade, segundo Alcione, o que faz o Paraíba e o rio Pomba serem importantes fontes de abastecimento para o Estado do Rio de Janeiro é exatamente a própria capacidade deles de varrer as coisas, de se limpar. A vazão do rio naquele ponto (região noroeste fluminense) ultrapassa a 150 m³/seg. “Graças a isso, aquela mancha negra foi embora, mas a CEDAE teve a preocupação de esperar que tudo, até o que não era visivelmente detectável, tivesse ido de fato para o mar para reativar as ETAs”.

- Hoje, a situação do rio é excelente. Nós e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) instalamos uma bóia no rio Paraíba, que mede a qualidade da água bruta a cada 10 minutos. O oxigênio dissolvido está na faixa normal; o potencial de hidrogênio (PH) também. A última estação de

tratamento colocada em operação foi a de Miracema, no dia 05 de maio, e o índice de turbidez era de 8,5. De qualquer forma, apesar do prejuízo e do trauma provocado aos usuários, o acidente permitiu uma aproximação muito estreita da empresa com a população, pois a CEDAE teve uma participação muito forte, muito importante nesse episódio, disse orgulhoso o diretor.

Integração com municípios

Outro fator que facilitou muito as ações da CEDAE para sanar rapidamente os problemas provocados pelo acidente foi a interação dos técnicos da CEDAE com os prefeitos do interior, que disponibilizaram tudo para que a companhia pudesse atuar com eficiência. “Todos, sem exceção, foram muito importantes para que os problemas fossem resolvidos rapidamente, mas com segurança”, explicou o diretor.

Enquanto atuava para resolver a emergência, a CEDAE aproveitou o tempo para fazer melhorias em alguns sistemas de captação e ajustes em al-

guas estações de tratamento. “Implantamos algumas tecnologias mais recentes, só disponíveis na Região Metropolitana; trocamos informações com o pessoal do interior; mexemos na capacidade de operação... Enfim, foi um processo de interação maravilhoso do poder municipal e CEDAE, além da Defesa Civil, Feema e bombeiros, que ajudaram muito”, garante Alcione.

Essa relação mais próxima serviu de alerta para um outro ponto: a CEDAE gasta milhões de reais com análises em laboratórios particulares, quando o mais adequado seria estabelecer um convênio mais forte com a Feema. “Não o único, mas um convênio mais abrangente, transferindo a ela os recursos que a gente passa para a iniciativa privada, de forma que o órgão possa se instrumentalizar e ‘tocar’ com a CEDAE esse processo de monitoramento da qualidade das águas que abastecem a população. É muito mais interessante repassar recursos para esses órgãos que têm compromisso com a saúde pública, não com o lucro”, defendeu.

Responsabilidade ambiental

Diretoria de Produção quer CEDAE integrada ao esforço de preservação

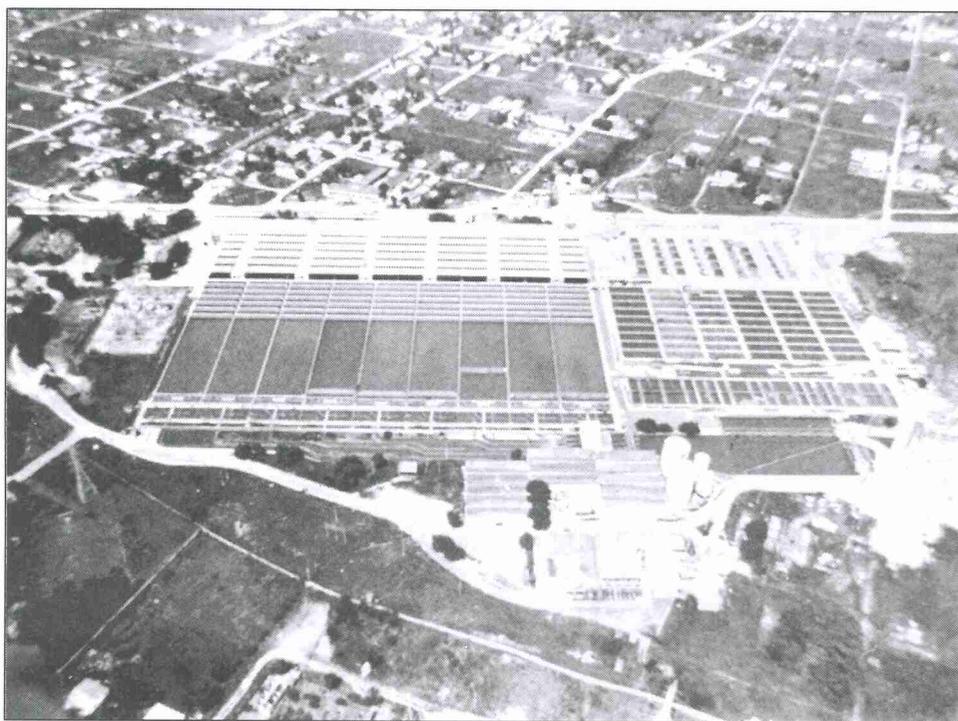
O diretor de Tratamento e Produção da CEDAE, Alcione Duarte, defendeu a rediscussão das responsabilidades pela preservação das bacias dos rios que servem como fonte de abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, de forma a prevenir que o fornecimento de água fique seriamente comprometido no futuro, devido à escassez ou poluição excessiva que leve a água à situação de intratabilidade, como já ocorreu no próprio Rio de Janeiro e em outros estados do país e começa a ocorrer com o Guandu.

Segundo o sanitarista, hoje existem instrumentos fortes, como a Agência Nacional de Água (ANA) e os Comitês de Bacia (Paraíba do Sul e do Guandu), para tratar dessa questão na área do Paraíba do Sul, mas a CEDAE, enquanto responsável pelo abastecimento da população, tem de assumir a sua parcela de responsabilidade nessa questão. “Nem que seja para apontar os problemas àqueles organismos diretamente envolvidos com a situação, para que possam agir”, afirmou o diretor.

Preocupado com o processo de degradação nas principais bacias hidrográficas utilizadas pela CEDAE, ele acrescentou que a área de Tratamento e Produção da Companhia já começou, inclusive, a elaborar um projeto em convênio com o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e com a Superintendência de Meio Ambiente da CEDAE, para fazer o replantio da mata ciliar do rio Guandu, utilizando mão de obras de presidiários. É uma forma de recuperar um importante mecanismo natural de proteção daquela bacia e ainda exercer um papel social, dando uma oportunidade aos presos de resgatar um pouco da dívida que eles têm com a sociedade.

Alcione informou que a Área de Proteção Ambiental (APA) daquela bacia tem cerca de 50 km² de mata nativa. O projeto de replantio prevê a recuperação de 500 metros para cada margem. “Não temos que discutir se a responsabilidade de fazer isso é nossa ou não. Eu acho que sim. Pode ser que na legislação não seja, mas nós temos a responsabilidade de pegar a água no meio ambiente, tratar e distribuir para a população. E para garantir a qualidade que a CEDAE sempre garantiu, temos de ter uma matéria prima saudável. Então, não podemos fugir à responsabilidade de ajudar a preservar”.

Para o diretor, essa iniciativa vai servir muito mais como uma forma de “cucutar a onça com vara curta”, ou seja,



Devido à degradação, a ETA do Guandu já gasta dez vezes mais sulfato de alumínio para tratar a água

provocar as autoridades ambientais, mostrando aos responsáveis legais, por exemplo, que todos têm uma parcela de responsabilidade para garantir as fontes de água da sociedade. “Teoricamente não era para a CEDAE assumir isso, mas nós estamos fazendo. Em suma, eu acho que nós somos co-responsáveis. Seria muito fácil para nós

dizer que a água bruta do Paraíba do Sul está ruim. Mas, por causa disso, devo desligar a estação, já que não dá para tratar a água?. Na cabeça da população, a coisa é diferente. E eu acho muito mais inteligente para nós pensarmos como a população pensa. A responsabilidade de levar água tratada de qualidade para a casa de todos é nos-

sa. Então vamos discutir a questão da água bruta também”, afirmou.

“No fio da navalha”

Um acidente no rio Guandu de proporções semelhantes ao provocado pelo despejo de resíduos tóxicos no rio Paraíba do Sul pela empresa Cataguases de Papel poderia provocar um verdadeiro caos no abastecimento de toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e municípios da Baixada Fluminense, afetando cerca de nove milhões de pessoas.

Somente a hipótese de um desastre dessa envergadura já deixa os técnicos da CEDAE sobressaltados, pois o nível de tratabilidade da água já anda “pelo fio da navalha”, como dizem os sanitaristas. Isto porque a Estação de Tratamento já enfrenta problemas sérios para tratar a água daquela bacia nas épocas de chuvas fortes, devido à quantidade de sujeira que é carregada para a estação e a acentuada queda da qualidade da água bruta.

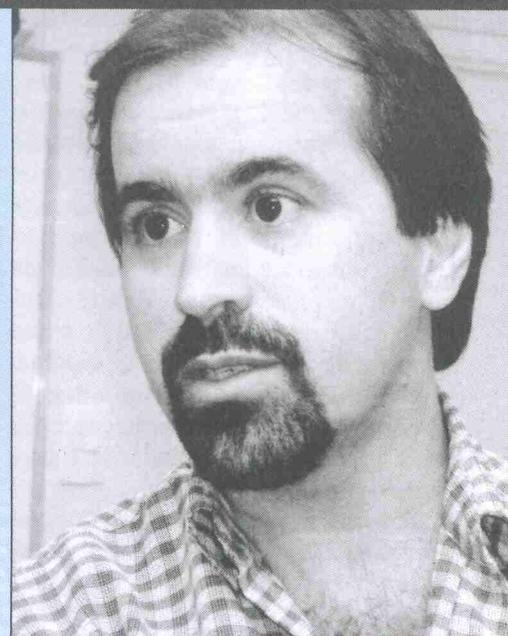
- Nós estamos instituindo uma rotina na ETA de vistoriar, com vôos panorâmicos, a bacia do Guandu para prevenir construções irregulares, despejos químicos, extração ilegal de areia etc. - diz o diretor de Tratamento e Produção de Água da CEDAE. Segundo explicou, o Sistema Guandu produz atualmente cer-

Bacia do Guandu: um panorama da degradação

Uma série de fatores complica muito o tratamento da água e causa preocupação com relação à degradação ambiental do rio Guandu. Uma delas é a disposição de lixões às margens do rio. Segundo o superintendente da Estação de Tratamento do Guandu, Edes Fernandes, há alguns meses, depois de uma conversa com os prefeitos das cidades localizadas na região, foi possível eliminar um deles, o de Japeri.

A questão do desmatamento na região também é muito séria. Sobrevoando a bacia é possível ver muitas queimadas. Isso prejudica muito porque a falta da vegetação elimina a possibilidade da retenção de água no solo, que é muito importante para a recarga dos nossos mananciais, explica Edes Fernandes.

“Outro problema grave era a retirada de areia, que também a gente conseguiu diminuir bastante, depois de muita briga. Foi feito um relatório no Guandu mostrando as implicações que os areais tinham com o processo de tratamento, quanto gastávamos a mais por conta da piora na qualidade da água bruta, principalmente a turbidez. Conseguimos, com esse trabalho, uma deliberação da Secretaria estadual de Rios e lagoas (Serla), para acabar com o problema”, explica o Superintendente. No último vôo feito, a equipe do Guandu constatou que a extração de areia diminuiu muito. “Mas ainda resta um passivo ambiental muito grande a ser resgatado no Guandu”, afirma o técnico responsável pela ETA.



Edes Fernandes: a situação melhorou, mas ainda resta um enorme passivo ambiental a resgatar

ca de 42 m³/seg., para atender cerca de 9 milhões de pessoas, junto com os demais sistemas menores (Ribeirão das Lages e Acari), que produzem cerca de 10 m³/seg.. Ao todo, são cerca de 52 m³/seg. “No caso de uma calamidade como essa ocorrida no Paraíba do Sul, só teríamos 10 mil litros por segundo para disponibilizar para a população, provenientes dos sistema de Ribeirão das Lages e Acari (mananciais de serra), além de outros menores, provenientes de pequenas represas. Ou seja, no caso de uma interrupção total do Guandu, restariam apenas cerca de 20% daquilo que a população da Região Metropolitana precisa. Seria um verdadeiro caos, embora ainda tivéssemos uma “reservinha” dos dois outros sistemas menores, mas cerca de sete milhões de pessoas ficariam sem água”, explicou Alcione Duarte.

Ele informou que já está conversando com os prefeitos de Japeri, Paracambi e Queimados, municípios diretamente ligados à bacia do rio Guandu, que precisam dividir com a CEDAE esse sentimento sobre a importância de se preservar o meio ambiente naquela bacia. “Todos têm sido muito receptivos e vamos envolver mais pessoas nesse esforço de preservação”, disse o diretor da companhia.

No papel de incentivadora dessa discussão, a CEDAE quer fazer em junho um encontro dos 12 prefeitos responsáveis parcialmente ou integralmente por áreas dentro da bacia do Guandu e estabelecer alguns acordos. “Por exemplo: eu quero ver fechado um convênio para distribuição de água e coleta de esgotos pelo menos nesses três municípios citados. Está sendo orçado um projeto executivo para despoluição dessas bacias e temos que iniciar agora uma obra de R\$ 12,5 milhões para tirar a água do rio dos poços e Ipiranga, altamente contaminados, da captação do Guandu (os rios deságuam próximos à captação da ETA)”, explicou o diretor.

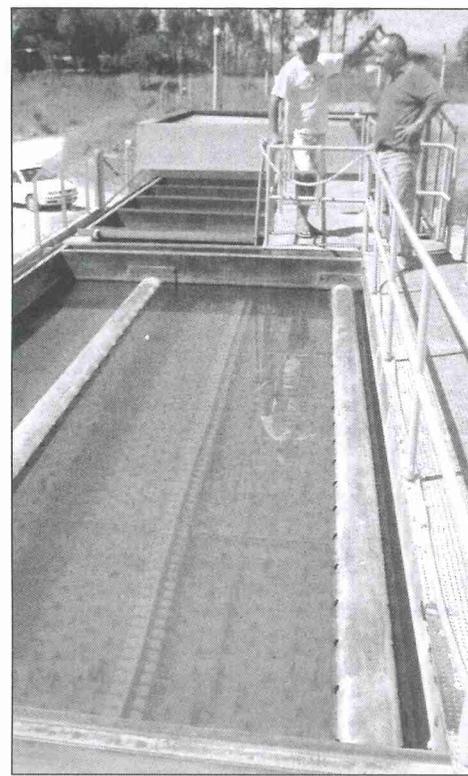
Segundo ele, a água desses dois rios, praticamente intratável, está adoecendo a água do Guandu. E a tratabilidade da água do Guandu já preocupa. “Estamos no fio da navalha. Infelizmente, esse dinheiro está sendo destinado para tirar a água desses dois rios da proximidade da captação da ETA do Guandu e jogar mais para a frente. O ideal é que tivéssemos esse dinheiro há 10, 15 anos atrás, para tratar do ambiente de onde vêm esses cursos d’água e das populações que, de certa forma, despejam ali os seus rejeitos sanitários. Mas vamos ter de buscar mais recursos para fazer com aqueles ambientes dos rios - Poços e Ipiranga - sejam saudáveis novamente”, concluiu.

Interior reclama diretoria

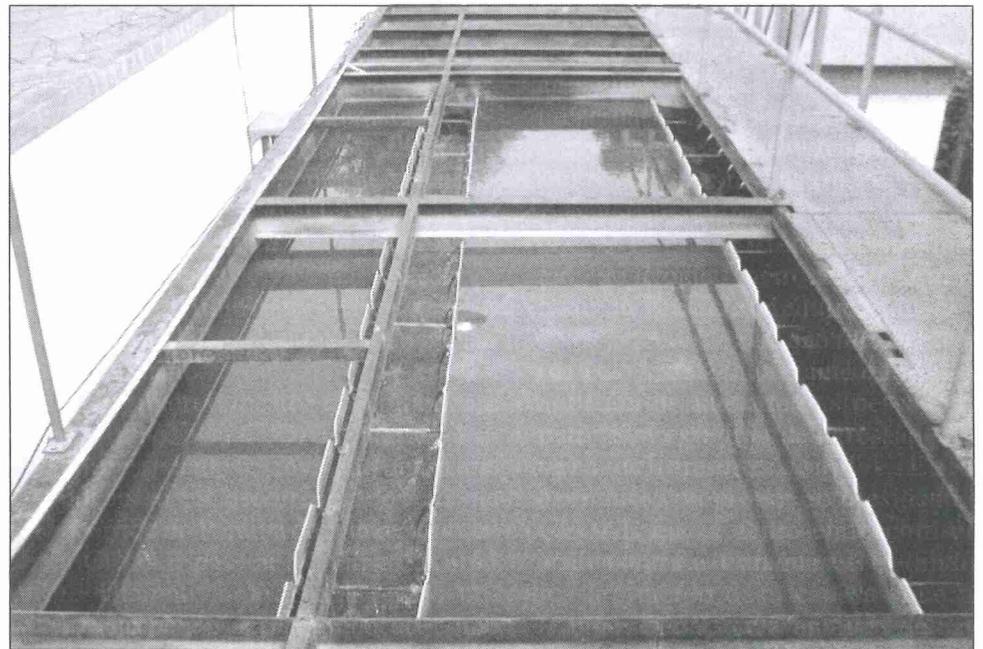
Técnicos que atuaram no socorro aos municípios afetados pelo acidente dizem que CEDAE perdeu agilidade

A pesar de mostrar a capacidade de reação dos técnicos da CEDAE em situações de crise, o acidente no Paraíba do Sul revelou um aspecto não muito positivo na atual estrutura de gestão, que deveria ser revisto pela Companhia: a falta que faz a diretoria do Interior, recentemente extinta pela atual administração. Pelo menos essa foi a conclusão do diretor de Tratamento e Produção da CEDAE (DA), Alcione Duarte, ao avaliar a falta de agilidade ocorrida entre a constatação do acidente e a chegada de um diretor da empresa à região norte e noroeste fluminense.

Segundo ele, a DA, responsável pelo tratamento e produção de água na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foi quem acabou assumindo a solução do problema provocado pelo acidente nas cidades do interior do Estado, devido à falta de uma estrutura própria na empresa, com “status” de direção, para cuidar das cidades menores, a exemplo do que existia antes. “Temos que fazer uma autocrítica sobre a atual estrutura da CEDAE, principalmente com relação à extinção da DIN (antiga Diretoria do Interior). Acho que a estrutura que o ex-governador Garotinho implantou no governo passado era a ideal. Não apenas para enfrentar este tipo de problema que ocor-



A ETA de Aperibé trata água do Paraíba do Sul para a população local, de sete mil habitantes



A população de Cambuci quer que a CEDAE trate água dos mananciais locais, que é de melhor qualidade

reu agora, mas principalmente para fazer com que a CEDAE se mantenha próxima de seus usuários”, afirmou Alcione.

Para ele, houve um retrocesso nessa nova concepção de estrutura. “Grande parte dos problemas que a CEDAE enfrentou nesse episódio do acidente foi por conta dessa concepção atrasada de estrutura organizacional para uma empresa de saneamento”, disse. Segundo ele, para que as consequências do acidente fossem revertidas rapidamente, a Diretoria de Tratamento e Produção atuou como na gestão passada. “Mesmo não tendo aquele rótulo oficial, nos articulamos e nos organizamos como naquela estrutura do passado, aproximando a CEDAE das comunidades e do poder público municipal”, explicou.

Alcione negou os rumores de que algumas prefeituras, devido ao acidente, estariam atribuindo a culpa pelo problema à CEDAE e reivindicando a sua saída do controle da operação do sistema de Saneamento do município. Segundo ele, o que muitos prefeitos reclamaram, “e com razão”, foi apenas com relação à perplexidade inicial da CEDAE diante do acidente. “Tanto que nós voltamos da região afetada trazendo na bagagem moções de apoio de vários legislativos e prefeituras. Temos manifestações de reconhecimento explícito do trabalho da Companhia provenientes de Aperibé, Itaocara, Cambuci, Pádua, Miracema, São Fidelis e São João da Barra”, garantiu.

Outro equívoco que o acidente revelou, segundo ele, foi com relação à estrutura de controle de qualidade da água, que está toda voltada para a Região Metropolitana. “Isso é uma falha grave, também decorrente da extinção da Diretoria do Interior, que trouxe um prejuízo muito grande para aquela região. Todos os prefeitos com os quais conversei reclamaram a respeito dessa medida. No interior, o controle de qualidade não existe. Nós tivemos que ir para lá para acabar com essa carência, atuando como se fôssemos Diretoria de Tratamento e Produção da CEDAE e Superintendência de Controle de Qualidade da CEDAE, quando na verdade nós respondemos apenas pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, criticou.

Segundo Alcione Duarte, tudo gira em torno do Guandu e de Imunana/Laranjal, que são grandes sistemas para produzir grandes volumes. Ele considera isso um erro, pois a importância dos dois sistemas, do ponto de vista sanitário, é exatamente a mesma da ETA de Campelo, que produz dois litros por segundo. “Ninguém quer matar ninguém em Campelo, só porque a Estação produz apenas dois litros por segundo. Mas a gente tem que ter controle sobre ela, porque a qualidade do tratamento precisa ser rigorosamente a mesma. Só que algumas pessoas pensam diferente, se ligam muito à questão do volume. Mas afinal, a população do interior tem a mesma importância da Região Metropolitana”, concluiu.

Função social X Lucro

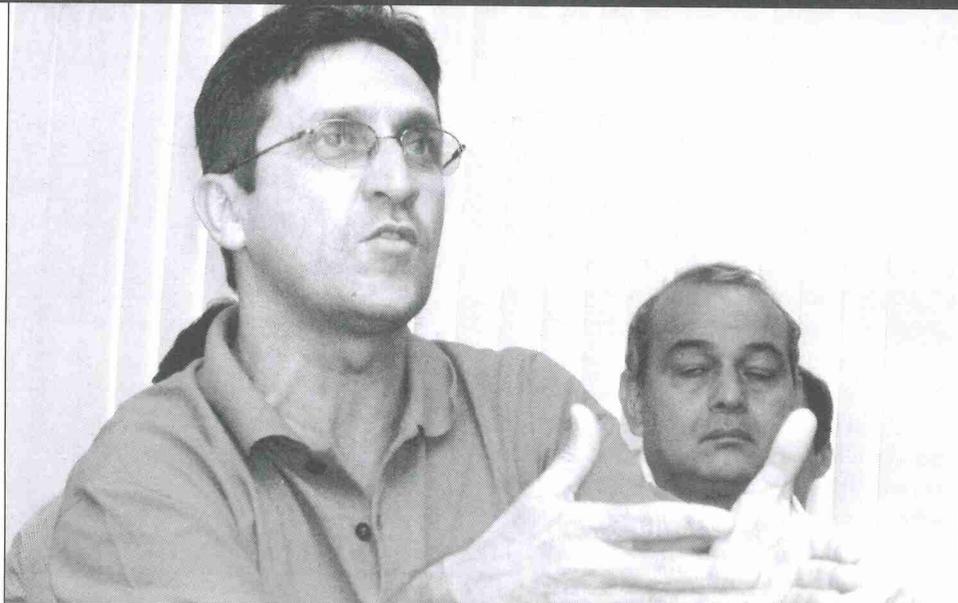
Acidente mostra a diferença entre o atendimento público e o privado

O diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento Básico de Campos dos Goytacazes, Hélio Anomal, acusou a secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro de não ter agido com a empresa privada Águas do Paraíba, responsável pelo abastecimento de água em Campos, com o mesmo rigor com que agiu nos demais municípios, onde o setor de Saneamento Básico é representado pela CEDAE, na hora de liberar a retomada do abastecimento de água.

A denúncia foi feita por ele durante reunião na ASEAC para fazer um balanço da atuação da CEDAE no episódio do acidente que contaminou as águas dos rios Pomba e Paraíba do Sul, comprometendo o abastecimento de água. Hélio Anomal disse ainda que até agora não foram publicados os laudos de análises feitos naquela cidade e ninguém teve acesso a eles, embora a secretaria de Saúde tenha liberado rapidamente o abastecimento de água na cidade.

O diretor do sindicato de Campos estranhou também que a secretaria de Saúde tenha liberado o abastecimento no município em Campos antes de liberar na cidade de São Fidelis, que fica a Montante, por falta de condições. "Ora, onde está o rigor sanitário: se a água de São Fidelis, que fica antes, não estava própria para consumo, como a de Campos poderia estar", questionou o sindicalista.

O diretor do Sindicato de Campos fez uma outra denúncia, envolvendo o acidente do rio Paraíba do Sul: "Quando foi liberado o abastecimento, a água do rio, em Campos, estava acusando um índice de cloro dentro dos padrões permitidos pela legislação (0.2/0.3). Já, na ponta da rede, a água coletada por nós, acusava 2.0, um índice altíssimo, muito mais alto do que o permitido, e ninguém disse nada. Isso quer dizer que se todo aquele material despejado no rio Paraíba do Sul fosse cancerígeno, que se reagisse com o alto índice de cloro, teria comprometido a saúde da população de Campos, por irresponsabilidade da concessionária privada", acusou.



Hélio Anomal, diretor do Sindicato de Campos, criticou a atuação da empresa privada Águas do Paraíba

Responsabilidade social

Por sua vez, o diretor de Tratamento e Produção da CEDAE explicou que o critério adotado pela CEDAE foi o seguinte: "onde o problema era maior, a gente chegava e atuava", explicou Alcione Duarte. Por isso, alguns sistemas que ficam a jusante do ponto de derramamento foram liberados antes. "Em São João da Barra, por exemplo, que fica na foz do rio, o abastecimento foi liberado antes de Santo Antônio de Pádua e Miracema, na região noroeste. Mas lá, havia o risco muito maior de um problema sanitário, por conta da falta de alternativas".

Antes de comentar as denúncias do sindicalista, Alcione Duarte fez questão de agradecer o apoio pessoal da governadora Rosinha Matheus e o empenho do secretário de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Luiz Paulo Conde, cuja sensibilidade foi de fundamental importância para a rápida solução do problema. O diretor da CEDAE lembrou ainda que a CEDAE é a Companhia que trata o maior volume de água do planeta, e, por essa razão, é reconhecida, respeitada em todo mundo. Isso faz com que os técnicos da empresa tenham uma

capacidade técnica muito grande. No episódio do acidente, os técnicos assumiram o sofrimento da população e partiram para a busca de soluções alternativas para garantir o abastecimento.

"É evidente que, por ser uma empresa pública, essa foi a maior preocupação da CEDAE, para poder atender a população no que diz respeito à preocupação sanitária que todos tinham - população, prefeitos, lideranças comunitárias, ecologistas etc. Já a empresa Águas do Paraíba, por ser uma concessionária privada, provavelmente ficou mais preocupada com as implicações econômicas do acidente, com o esforço

de voltar a produzir rapidamente. Nós, por conta do problema, partimos para articular a distribuição de água, mobilizar carros-pipas, acompanhar a perfuração de poços e tomar outras providências com a comunidade, para dar tranquilidade e garantia a ela", explicou Alcione.

De qualquer forma, ele afirma que não houve negligência por parte da Secretaria de Saúde na liberação da água de Campos. Eu acredito que o que houve foi que a concessionária Águas do Paraíba, por estar mais preocupada com a questão empresarial, se articulou mais rápido para liberar logo a distribuição pelo sistema convencional e assim poder voltar a cobrar. Essa é a diferença da empresa pública para a privada: eles estão preocupados com o taxímetro - no caso, o hidrômetro; nós, ao contrário, como estamos preocupados fundamentalmente com a saúde pública, fomos buscar primeiro a tranquilidade e a segurança da população.

Segundo ele, não adiantava colocar as estações para funcionar e ter de parar no dia seguinte. Ou pior, colocar em risco a saúde da população. Por isso, o melhor era agir com cautela e total segurança. "Cada estação liberada, a gente podia garantir que tinha a nossa chance de qualidade da água que a gente produz. Por isso, acho que os rigores foram os mesmos, mas eles ficaram voltados somente para uma questão, e nós não", disse o diretor da CEDAE.

<input type="checkbox"/>	mudou-se
<input type="checkbox"/>	recusado
<input type="checkbox"/>	desconhecido
<input type="checkbox"/>	endereço insuficiente
<input type="checkbox"/>	não existe nº indicado
<input type="checkbox"/>	falecido
<input type="checkbox"/>	ausente
<input type="checkbox"/>	não procurado
Reintegrado ao serviço postal	
Em	_____
Em	_____
Carteiro	

